

**III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**

**30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)**

**ST 06 - Políticas públicas e participação: formulação, implementação e avaliação**

**Observatório de Práticas Participativas: Gestão Pública, Sociedade Civil e Movimentos Sociais**

**Ana Paula Paes de Paula (CEPEAD-FACE-UFMG)**

**Marcia Prezotti Palassi (PPGADM-UFES)**

## **Observatório de Práticas Participativas: Gestão Pública, Sociedade Civil e Movimentos Sociais**

### **Resumo**

Neste artigo, pretendemos apresentar o **Observatório de Práticas Participativas (OPP)**, que busca sistematizar do ponto de vista teórico e empírico, iniciativas que envolvem participação no âmbito da gestão pública, da sociedade civil e dos movimentos sociais, enfatizando sua importância no contexto da esfera pública. O OPP também tem um caráter de acumulação e disseminação de conhecimento teórico e prático para o público acadêmico e leigo, uma vez que conta com um banco de 233 experiências, residente no portal do Núcleo de Estudos de Gestão Dialógica (NEGD) (<https://www.negd.com.br/observatorio-de-praticas-participat>), aberto à consulta. Dessa forma, o objetivo é, para além de realizar pesquisas científicas, fomentar ideias e iniciativas de extensão, mobilizando a comunidade acadêmica e a sociedade, incentivando ações voltadas para a transformação social.

**Palavras-Chave:** Participação; Observatório; Gestão

### **1. Introdução**

Neste artigo, pretendemos apresentar o escopo do **Observatório de Práticas Participativas (OPP)**, descrevendo sua construção e intenções científicas e políticas. Trata-se de uma **comunicação de pesquisa**, pois ainda é um projeto inacabado, o que torna ainda mais relevante a oportunidade de debater e enriquecer nossa proposta de investigação e intervenção. O **OPP** busca sistematizar do ponto de vista teórico e empírico, iniciativas que envolvem participação no âmbito da gestão pública, da sociedade civil e dos movimentos sociais, enfatizando sua importância no contexto da esfera pública.

Por outro lado, o **OPP** também tem um caráter de acumulação e disseminação de conhecimento teórico e prático para o público acadêmico e leigo, pois tem um banco de dados de experiências participativas residente no site no **Núcleo de Estudos de Gestão Dialógica** ([www.negd.com.br](http://www.negd.com.br)), que está aberto à consulta, além ter entre seus propósitos a exposição de conteúdos sobre participação social em seu *blog*, abrangendo textos, artigos, entrevistas, documentários e vídeos curta-metragem.

O **OPP** procura fomentar ideias e iniciativas de extensão, mobilizando a comunidade acadêmica e a sociedade, incentivando ações voltadas para a transformação social. O seu

objetivo é sistematizar, analisar e disseminar práticas participativas realizadas no âmbito da **gestão pública**, da **sociedade civil** e dos **movimentos sociais**, que constituem os três eixos fundamentais do **OPP**, coordenados pelos autores do artigo.

Em linhas gerais, são objetivos do **OPP**:

- 1) Sistematizar e analisar os elementos teóricos e empíricos relacionados às práticas participativas engendradas no âmbito da gestão pública, da sociedade civil e dos movimentos sociais, avaliando suas implicações para a subjetividade dos envolvidos e para os Estudos Organizacionais;
- 2) Desenvolver e aprimorar uma metodologia para coleta e análise de dados contínua, visando manter o banco de experiências em operação, que ficará residente no portal do NEOCT (<http://www.neoct.com.br>) para consulta geral, tendo como público-alvo pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil;
- 3) Realizar outras atividades para acumulação de conhecimento e disseminação das práticas participativas: visitas técnicas, participação em eventos, organização de eventos, produção acadêmica e técnica, incentivo às atividades de extensão.

Nas próximas seções, prosseguiremos com esta comunicação de pesquisa, descrevendo suas bases teórico-analíticas, o escopo do **OPP**, bem como as metodologias empregadas. Finalizando, apresentamos nossas considerações finais, expondo as principais ideias e abordagens dos coordenadores de cada um dos eixos do **OPP** e convidando os leitores a contribuírem com a nossa proposta.

## **2. Algumas Bases Teóricas-Analíticas**

As relações Estado-Sociedade no Brasil têm se modificado nos últimos anos, pois com o processo de democratização, o protagonismo exclusivo do Estado vem sendo colocado em questão e isto está possibilitando um maior controle e participação social. A atuação de uma sociedade civil mais organizada e mais madura, herdeira dos movimentos sociais das décadas de 1960-1980, abriu espaço para a emergência de inovações na gestão pública, no que se refere à participação, do ponto de vista institucional. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, após grande mobilização popular por participação no processo constituinte, incorporou diversas modalidades de participação social nas formas de atuação do Estado em suas três esferas de atuação, motivo pelo qual ficou conhecida como a **Constituição Cidadã**.

Através da nova Constituição consolidou-se o processo de inovação institucional que já vinha sendo criado na sociedade brasileira. Desta forma, foram valorizadas, na Carta Magna, as possibilidades de exercício da democracia direta tais como o plebiscito, o *referendum*, a iniciativa popular de lei, as audiências públicas e as conferências nacionais, dentre outras. A referida Constituição institucionalizou, ainda, os conselhos gestores de políticas públicas com o objetivo de garantir, em todos os níveis da federação, a participação da sociedade civil na gestão democrática e descentralizada das políticas públicas. A Constituição, dessa maneira, legitima experiências participativas que surgiram da década de 1980: Conselhos Gestores, Orçamento Participativo, Fóruns Temáticos e Conferências Nacionais.

Assim, a inscrição de espaços de participação da sociedade no arranjo constitucional da gestão pública brasileira possibilitou a criação de novos formatos institucionais destinados à consolidação dos valores democráticos, da transparência e de possibilidades de efetivo controle social na atuação do Estado no tocante às políticas públicas. Rocha (2008) sustenta que, desta forma, a Constituição Federal de 1988, apostou no potencial de “novas institucionalidades” através do reconhecimento, em caráter legal e formal, da participação social na gestão pública.

Dessa forma, a partir da Constituição de 1988, no âmbito das relações entre democracia e gestão, um conjunto de inovações institucionais e políticas emergiram e buscam democratizar a gestão pública. Sua importância vem crescendo de tal modo que estas inovações foram incorporadas como política governamental – a **Política Nacional de Participação Social**. Esta política disciplina o funcionamento de conselhos, conferências e mesas de diálogo, além de prever a participação via ambientes virtuais, os quais permitirão que os cidadãos e cidadãs contribuam nos processos de formulação e acompanhamento das políticas públicas desenvolvidas pelo governo. Seus desdobramentos, porém, só poderão ser objeto de avaliações futuras, uma vez que sua instituição é muito recente.

As manifestações de junho de 2013 representaram um marco da insatisfação da população com a qualidade dos serviços públicos, bem como da demanda social por maior participação na formulação e gestão de políticas públicas. Esta busca da sociedade por participação não é um fenômeno novo, pois a literatura nacional sobre administração pública evidencia que a partir da década de 1980, com a redemocratização, começou a ocorrer um deslocamento do foco do Estado para a sociedade. Em seu livro **Administração Pública no Brasil**, Keinert (2000) aponta duas matrizes que caracterizam a relação Estado-Sociedade, observando uma mudança na configuração do conceito de público:

a) Matriz Estadocêntrica: baseada no pensamento pós-liberal do início do século XX, que enfatiza o Estado e sustenta o intervencionismo estatal e a interpenetração com o âmbito privado, de modo que o “público localiza-se no Estado”;

b) Matriz Sociocêntrica: surge a partir dos anos 1980 em um contexto de mudanças desencadeadas pela globalização e avanços nas tecnologias de informação, no âmbito da crise do Estado (fiscal, de intervenção, de modelo de gestão e de legitimidade), que demarca uma identificação maior com a sociedade, com os direitos de cidadania e com a democracia, realizando uma distinção entre estatal e público, a qual passa a compreender este último conceito mais amplo que o primeiro.

Segundo Keinert (2000), em um primeiro momento, no período de 1937-1979, o público refere-se ao estatal e as ações eram pensadas do Estado para a sociedade. Com a crise do Estado, este binômio é questionado, de modo que em um momento posterior, o conceito de público extrapola os limites do estatal, amplificando-se para incluir múltiplos atores, formas jurídicas e gerenciais. A ampliação do conceito de público

[...] exige novos formatos organizacionais que garantam efetivamente a **publicização** do *modus operandi* do Estado, das organizações da sociedade civil e, até mesmo, das próprias empresas, já que, como se disse, o **público** precisa tornar-se um **valor compartilhado**, mais do que uma localização institucional. Neste sentido, mesmo que, à primeira vista pareça que a administração pública tenha perdido sua relevância em função desta ampliação, ocorre exatamente o contrário – torna-se estratégica para **preservar o espaço público** num contexto institucional bem **mais complexo**. (KEINERT, 2000, p. 92)

Neste contexto, Keinert (2000) aponta uma rede complexa de organizações, como associações com grau mínimo de institucionalização, as próprias empresas que passam a incluir a responsabilidade social em suas estratégias e o assim chamado setor público não-estatal, composto, basicamente pelas Organizações Não-Governamentais (ONG's), pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e pelas Organizações Sociais (OS's).

No livro **Por uma Nova Gestão Pública**, Paes de Paula (2005) acrescenta que, neste contexto institucional ampliado, surgiram reinvenções institucionais que visam atender à demanda por participação social, de modo a validar este novo conceito de público. A autora identifica um descompasso entre três dimensões que considera fundamentais para a gestão

pública democrática: dimensão econômica-financeira, dimensão institucional-administrativa e dimensão sociopolítica.

A dimensão econômico-financeira, se relaciona com os problemas do âmbito das finanças públicas e investimentos estatais, envolvendo questões de natureza fiscal, tributária e monetária. A dimensão institucional-administrativa, abrange os problemas de organização e articulação dos órgãos que compõem o aparato estatal, como as dificuldades de planejamento, direção e controle das ações estatais e a questão da profissionalização dos servidores públicos para o desempenho de suas funções. Já a dimensão sociopolítica, compreende problemas situados no âmago das relações entre o Estado e a sociedade, envolvendo os direitos dos cidadãos e sua participação na gestão pública.

De acordo com Paes de Paula (2005), a vertente gerencial, que embasa a nova administração pública, também conhecida como administração pública gerencial, concebida e implementada pelo ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), enfatizou as dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa, mas não incorporou amplamente a abordagem da dimensão sociopolítica. Em oposição a esta, herdeira dos movimentos sociais das décadas de 1960, 1970 e 1980, a vertente societal, que busca edificar o que a autora denomina uma administração pública societal, realizou tentativas, no nível municipal, estadual e federal, de inserir a dimensão sociopolítica em suas experiências de gestão, repensando as instituições e a dinâmica administrativa. Isso deu origem à novos formatos institucionais que incluem a participação social como os Conselhos Gestores, o Orçamento Participativo e os Fóruns Temáticos.

Havia expectativas de que projeto político da vertente societal fosse encampado a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, porém, ainda há muito a avançar. Conforme apontado anteriormente, as manifestações sociais que eclodiram em junho de 2013 pela melhoria dos serviços públicos talvez sinalizem que a demanda por participação social continua insatisfeita. A presidente Dilma Rousseff procurou responder a esta demanda instituindo por decreto a **Política Nacional de Participação Social** (2014), que procura consolidar a participação como um direito social. Entre as instâncias e mecanismos de participação social, encontram-se: Conselho de Políticas Públicas, Comissão de Políticas Públicas, Conferência Nacional, Ouvidoria Pública Federal, Mesa de Diálogo, Fórum Interconselhos, Audiência Pública, Consulta Pública e Ambiente Virtual de Participação Social. Foi estabelecido também, um Comitê Governamental de Participação Social, cujo funcionamento será disposto pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Os objetivos da **Política Nacional de Participação Social** são:

- I - consolidar a participação social como método de governo;
- II - promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;
- III - aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;
- IV - promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal;
- V - desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;
- VI - incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro;
- VII - desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;
- VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e
- IX - incentivar a participação social nos entes federados.

Neste contexto, novos formatos institucionais como conselhos, orçamento participativo, audiências públicas, fóruns e conferências vêm se expandindo, pois um governo democrático não pode mais prescindir deles como forma de captar as demandas sociais e discutir com a sociedade os rumos do país. Sua importância cresceu de tal modo que estas inovações foram incorporadas como política governamental, como anteriormente citado.

No entanto, a tentativa de enfeixar as inovações institucionais participativas em uma política pública abrangente nasceu cercada por controvérsias. Na imprensa nacional, observamos

alguns elogios (PARTICIPAÇÃO, 2014; BRESSER-PEREIRA, 2014), mas principalmente críticas e reações conservadoras (CONSTANTINO, 2014), que refletem os tabus que em geral cercam a participação social, uma vez que o Estado tende a ser considerado como o único responsável pelas questões públicas. Estas críticas englobam, entre outras coisas, a noção de que a participação social representa uma ameaça ao Poder Legislativo e ao poder político do Estado, uma redução da eficiência governamental e um obstáculo à exclusividade da burocracia estatal, que, em tese, deveria ter o monopólio do conhecimento administrativo. Há ainda quem considere a ampliação da participação social uma conversão ao regime comunista e até mesmo, paradoxalmente, uma ameaça à democracia. Por outro lado, da parte dos movimentos sociais emerge a sempre tão temida cooptação pelo Estado. Outros formadores de opinião, que enfatizam o aspecto legal, questionaram se tal iniciativa deveria ser fruto de um decreto presidencial, identificando em tal ato um viés autoritário. A polêmica culminou com o veto do decreto pela Câmara dos Deputados (DECRETO, 2014) e em um manifesto de apoio dos intelectuais que circulou nas redes sociais (MANIFESTO, 2014). O decreto ainda aguarda avaliação pelo Senado, de modo que o desfecho é imprevisível.

Apesar de toda controvérsia que cerca o assunto, acreditamos que é possível tomar estes novos formatos institucionais como legítimas inovações de caráter participativo. Por outro lado, constatamos que práticas participativas de interesse público também vêm sendo desenvolvidas pela sociedade civil em organizações não governamentais e engendradas pelos movimentos sociais, mais recentemente com intensa mediação das novas tecnologias de informação e a atuação em rede. Desse modo, para além do desenvolvimento destas práticas na esfera institucional, elas também ocorrem em esferas semi ou não institucionalizadas, que constituem um espaço de fomento para outras inovações desse gênero, estabelecendo uma relação dialética com as iniciativas institucionalizadas.

Em investigação recente, que será publicada em breve pelos **Cadernos da EBAPE** (PAES DE PAULA; KEINERT, 2016), as pesquisadoras constataram que, no campo da Administração Pública, são escassos os trabalhos científicos que abordam práticas participativas institucionalizadas como Conselhos Gestores, Orçamento Participativo e Audiências Públicas, de modo que, por consequência, menor atenção ainda foi dedicada às práticas participativas não institucionalizadas. A escassez deste tipo de pesquisa, de um modo geral, vem sendo verificada por outros pesquisadores (SILVEIRA; PALASSI, 2009). Assim, não foi possível discorrer de forma mais sistemática sobre elas no projeto, mas no âmbito da pesquisa a ser realizada, nos interessa abordar práticas participativas que ocorrem de forma institucionalizada ou não, de modo que o **OPP**, será constituído por três eixos, conforme mencionado anteriormente - **Gestão Pública, Sociedade Civil e Movimentos Sociais** – sob a coordenação de cada um dos autores do artigo.



As implicações teóricas e empíricas dos eixos escolhidos foram discutidas no **NEOCT**, onde se está deliberando sobre o escopo do observatório e as metodologias de investigação a serem utilizadas, de modo que não pretendemos aprofundar aqui estas questões, mas remetê-las ao contexto da pesquisa, uma vez que serão delineadas coletivamente. O próprio marco teórico da participação, que é interdisciplinar, apresenta um caráter inacabado na literatura da área de Administração e Estudos Organizacionais, demandando ampliação e sistematização desta discussão no âmbito do **NEOCT**. Além disso, pretendemos abordar questões que se correlacionam com a participação, como a autogestão, a subjetividade e as metodologias de intervenção e mudança, que vem sendo discutidas nos últimos anos nas diversas publicações e investigações realizadas pela pesquisadora e pelos membros do **NEOCT**.

De qualquer forma, vale ressaltar a relevância de alguns aportes teóricos que tratam destas questões, pois provavelmente serão utilizados como referência, uma vez estão sendo discutidos e trabalhados pelos pesquisadores do **NEOCT**: Castoriadis (1964/1982), Marcuse (1964/1973), Adorno (1967/2009), Tragtenberg (1976/2005), Habermas (1981/2010), Foucault (1981), Thiollent (1985/2011; 1997/2009), Serva (1993), Tenório (1998), Brose (2001), Rouanet (2001), Sandoval (2001), Feenberg (2002), Rey (2003; 2005), Ruiz (2004), Dagnino (2004), Paes de Paula (2008; 2015a, 2015b), Cabas (2009), Neder (2010), Palassi (2011), Pereira (2015), Sandoval e Silva (2016). Em síntese, a pesquisa e as interlocuções a serem realizadas têm caráter inter e transdisciplinar, na medida em que envolve a administração, a gestão pública, a ciência política, a psicanálise, a psicologia social, a filosofia e outras áreas do conhecimento.

### **3. Escopo do Observatório de Práticas Participativas (OPP) e Resoluções Metodológicas**

O **OPP** tem um caráter multifacetado, pois além da pesquisa proposta propriamente dita, que se desdobra na produção acadêmica e de conhecimento, implica na implementação do banco de experiências e outras atividades para disseminação de tais conhecimentos e práticas. Pretendemos estimular ações de pesquisa e extensão no âmbito da esfera pública, na medida em que haverá a disponibilização do banco de dados da pesquisa e também a produção de conteúdo sobre as investigações e práticas no *blog* do site do **NEOCT**, para consulta pública. Outras atividades complementarão estas iniciativas, como visitas técnicas à grupos de pesquisa que realizam experiências similares no país e participação em eventos da área.

No âmbito da pesquisa a ser realizada, abordaremos práticas participativas que ocorrem de forma institucionalizada ou não. As implicações teóricas e empíricas dos eixos escolhidos (gestão pública, sociedade civil e movimentos sociais) foram discutidos no **NEOCT**, onde se deliberou sobre o escopo do observatório e as metodologias de investigação a serem utilizadas. Para selecionar qualitativamente os artigos, utilizamos como critério, a partir do que foi constatado na literatura, as seguintes temáticas: participação social (de forma ampla), orçamento participativo, conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas e políticas públicas participativas setoriais (saúde, educação, habitação, meio ambiente, desenvolvimento local, entre outras).

O projeto começou a ser desenvolvido em agosto de 2015 e durante este período realizamos um levantamento dos artigos em periódicos revisados por pares no Portal Capes com seguintes as palavras chave: Participação Cidadã, Participação Comunitária, Participação Política, Cidadania, Democracia, Participação Social e Participação. Esse levantamento foi encerrado em 20/05/2016 e resultou em 603 artigos que foram lidos e categorizados para alimentação do banco de experiências, que foi desenvolvido com o auxílio técnico da Core 2, e estará disponível para consultas no link <https://www.negd.com.br/observatorio-de-praticas-participat>, desde de dezembro de 2016, contando com 233 experiências catalogadas.

Durante a pesquisa, constatamos que o marco teórico da participação, que é interdisciplinar, apresenta um caráter inacabado na literatura da área de Administração e Estudos Organizacionais, demandando ampliação e sistematização desta discussão, que está resultando em alguns artigos sobre os temas da participação e da esfera pública. Além disso, pretendemos abordar questões que se correlacionam com a participação, como a autogestão, a subjetividade e as metodologias de intervenção e mudança, que vem sendo discutidas nos últimos anos nas diversas publicações e investigações realizadas pelos coordenadores do **OPP**.

Vale ainda observar, que considerando a diversidade das pesquisas e dos perfis dos investigadores envolvidos, há sempre a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos paralelos e relacionados com o presente projeto e com as atividades do **OPP**, o que implica a utilização de um amplo leque de aportes teóricos e estratégias metodológicas, como por exemplo histórias de vida, netnografia, mapeamento de portais eletrônicos, entrevistas transferenciais, metodologias de intervenção colaborativas, elaboração de documentários e vídeos.

#### 4. Considerações Finais

Para os coordenadores do projeto, a criação de um **Observatório de Práticas Participativas (OPP)**, fundamentado em um banco de experiências, pode gerar subsídios para a elaboração de políticas públicas e para o planejamento governamental, bem como referências de práticas inovadoras para inspirar pesquisas científicas e o desenvolvimento de novas metodologias de investigação e intervenção. Isto porque, conforme exposto anteriormente, o **OPP** está organizando e disponibilizando um banco de dados com a descrição e análise destas práticas na internet, o que pode auxiliar as universidades em suas pesquisas, bem como os governos e seus agentes no processo decisório, disseminando práticas participativas na gestão pública. Com isto a área de administração e estudos organizacionais poderá evoluir no desenvolvimento de conhecimento sobre a participação social **na gestão de organizações públicas, do terceiro setor e nos movimentos sociais**.

O primeiro eixo do **OPP** tem como foco a **Gestão Pública** e pretende divulgar as práticas participativas realizadas pelo governo, baseando-se na validade de um resgate mais sistemático da participação e das manifestações organizacionais alternativas, buscando compreender e estimular a dinâmica da práxis social e da mudança. Além disso, nessa perspectiva, o **OPP** também oportuniza a exploração da subjetividade implicada nas experiências participativas, por meio de uma interlocução com a psicanálise e a teoria da ação comunicativa habermasiana.

O segundo eixo, tem como foco a **Sociedade Civil** e vai investigar práticas participativas que ocorrem fora do governo e dos movimentos sociais organizados. Nessa perspectiva, o **OPP** é uma oportunidade de equilibrar o tripé ensino, pesquisa e extensão primordial nas universidades públicas, pois no cotidiano do trabalho do professor e pesquisador, a ênfase costuma ser ensino e pesquisa, em detrimento da extensão. Por outro lado, é também uma via para ir além da visão de mercado, criando subsídios para a formação de profissionais nos demais setores (público e terceiro setor), bem como de analisar as práticas e metodologias participativas. O **OPP** se diferencia por pautar-se em uma abordagem alternativa ao gerencialismo hegemônico considerando as organizações e suas práticas como espaços produtores de subjetividade, ao invés de meras controladoras dos sujeitos, recorrendo, por exemplo, à abordagem histórico-cultural de Fernando González Rey.

O terceiro eixo, tem como foco as práticas participativas em **Movimentos Sociais**, perspectiva que enfatiza que a criação do **OPP** se alia ao esforço necessário de conectar a pesquisa e a extensão, estabelecendo pontes dialógicas entre a universidade e a sociedade. A ideia seria a construção de um canal, capaz de inventariar e dar visibilidade a todo um conjunto de iniciativas de cunho político-social, usualmente ignoradas pelo *mainstream* da

Administração e, muitas vezes, igualmente desconhecidas do público em geral. Assim, para o pesquisador, o **OPP** abre a oportunidade de lançar o nosso olhar sobre as experiências do nosso tempo, o que representa uma via privilegiada para refletirmos sobre nossos problemas atuais e fomentarmos alternativas em conjunto com os sujeitos, no contexto de suas ações políticas, captadas em sua historicidade e contingência. Além disso, nessa perspectiva, o OPP também oportuniza a exploração da subjetividade implicada nas experiências participativas, por meio de uma interlocução com a psicologia política, através do modelo de consciência política para compreensão da participação em ações coletivas e nos movimentos sociais (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL & SILVA, 2016).

O propósito deste artigo era realizar uma comunicação de pesquisa, pois o **OPP** ainda se encontra na fase de desenvolvimento e implementação, de modo que buscamos debater junto ao público qualificado, expondo nossas principais ideias, subsídios teóricos e metodologias aplicadas, mas também estamos receptivos para acolher sugestões e realizar parcerias que possam enriquecer e expandir nossas iniciativas.

#### **Referências Bibliográficas:**

ADORNO, T. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967/2009. 352 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia Participativa. **Folha de São Paulo**, 12/06/2014.

Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1468885-luiz-carlos-bresser-pereira-democracia-participativa.shtml>> Acesso em: 01/07/2014.

BROSE, M. (Org.) **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 306 p.

CABAS, A. G. **O Sujeito na Psicanálise de Freud a Lacan**: da Questão do Sujeito ao Sujeito em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964/1982.

CONSTANTINO, R. PT quer Amordçar Sociedade Civil. **Veja**, 21/06/2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/tags/decreto-8-243/>> Acesso em: 03/07/2014.

DAGNINO, R. A Tecnologia Social e seus Desafios. In: DAGNINO, R. (org.) **Tecnologia Social, uma Estratégia para o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 187-210.

DECRETO sobre Conselhos Fere a Lei e a Separação de Poderes, diz Alves. **Globo.com**, 01/07/2014.

Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/decreto-sobre-conselhos-fere-lei-e-separacao-de-poderes-diz-alves.html>> Acesso em: 03/07/2014.

FEENBERG, A. **Transforming Technology**. A Critical Theory Revisited. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FOUCAULT, M. **Subjectivité et vérité**. Cours au Collège de France, 1980-198. Inédito. Disponível em fitas-cassete: C 63 (01-07). Arquivos IMEC, Paris, 1981.

HABERMAS, J. **Teoría de La Acción Comunicativa**. Tomo I e Tomo II – Volumen Único. Madrid: Trotta, 1981/2010. 992 p.

KEINERT, T. M. M. **Administração Pública no Brasil**. Crise e Mudanças de Paradigmas. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000. 220 p.

MANIFESTO Reúne Artistas e Intelectuais em Apoio à Participação Social no Governo. **Correio do Brasil**, 21/06/2014.

Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/noticias/brasil/manifesto-reune-artistas-e-intelectuais-em-apoio-a-participacao-social-no-governo/711920/>> Acesso em: 03/07/2014.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. O Homem Unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964/1973. 238 p.

NEDER, R. T. (org.) A Teoria Crítica de Andrew Feenberg: Racionalização Democrática, Poder e Tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UNB/CAPES, 2010. 342 p.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma Nova Gestão Pública**. Limites e Potencialidades da Experiência Contemporânea. Rio de Janeiro: EdFGV, 2005. 201 p.

\_\_\_\_\_. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. 135 p.

\_\_\_\_\_. Estudos Organizacionais Críticos e Pensadores Nacionais. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 8, p. 410-413, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Repensando os Estudos Organizacionais**. Para uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: EdFGV, 2015b. 300 p.

PAES DE PAULA, A. P.; KEINERT, T. M. M. Inovações Institucionais Participativas: Uma Abordagem Exploratória da Produção Nacional em Administração Pública (1990-2015). **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, 2016. (no prelo – ainda não está confirmado em que número)

PALASSI, M. P. **Ações Coletivas e Consciência Política no Mundo do Trabalho**: Dilemas Subjetivos da Participação nos Processos de Privatização. Curitiba: Juruá, 2011.

PARTICIPAÇÃO Popular: Entenda o Novo (e controverso) Decreto. **Carta Capital**, 11/06/2014. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/faq-decreto-3508.html>> Acesso em: 03/07/2014.

PEREIRA, R. D. O sujeito em Foucault: Pressupostos, Possibilidades e suas Interlocuções com os Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 39, 2015. Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.p. 1-16.

REY, G. F. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 290 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo : Pioneira Thompson Learning, 2005.

ROUANET, S. P. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. 360 p.

RUIZ, C. B. **Os Paradoxos do Imaginário**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 267 p.

SANDOVAL, S. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**. v.1 (1). 2001, p. 173-195.

SANDOVAL, S.; SILVA, A. S. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: DOMENICO, U.H.; JÚNIOR, F.L. (orgs.) **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 25-57.

SERVA, M. O Fenômeno das Organizações Substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-46, abr. 1993.

SILVEIRA, R. Z.; PALASSI, M. P. Produção Científica sobre Participação Cidadã na Administração Pública: Uma Análise a partir dos Artigos Publicados nos Principais Eventos e Revistas Nacionais de Administração (1997-2008). In XI Colóquio Internacional de Poder Local. **Anais...** UFBA: Salvador, 2009.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: Uma Perspectiva Conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p.7-23, 1998.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1985/2011. 136 p.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997/2009. 165 p.

TRAGTENBERG, M. **Administração, Poder e Ideologia**. EdUNESP, 1976/2005. 240 p.